

PLANO ANUAL DE AUDITORIA 2022

PROCESSO SEI Nº 0041989-15.2021.8.24.0710

ALTERAÇÃO DO ANEXO I - REPUBLICAÇÃO

Em cumprimento à decisão do Exmo. Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina no processo eletrônico SEI nº 0047627-92.2022.8.24, informa-se sobre a republicação do ANEXO I do Plano Anual de Auditoria 2022 (PAA 2022), publicado no Diário da Justiça de 01/12/2021, para que sejam excluídos do documento original os itens 1, 22 e 28, já incluídos no PAA 2023 sob a numeração 4, 5 e 14, publicado no Diário da Justiça de 02/12/2022.

Auditoria Interna, em 09/01/2023.

João Batista dos Santos
Coordenador da Auditoria Interna
Matrícula 2256

ANEXO I

PROCEDIMENTOS ORGANIZACIONAIS DO TJSC

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	RISCO e RELEVÂNCIA	CLASSIFICAÇÃO DA AUDITORIA	OBJETIVO(S)	ESCOPO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE DE AUDITORES
1	Área Auditada: Diretoria de Engenharia e Arquitetura Processo de trabalho: Licitações e contratos Conhecimento Específico: Lei 8666/93; Lei 14.133/21; Engenharia; normativos internos.	Risco: Descumprimento de normativos vigentes; prejuízo ao erário. Relevância: Necessidade de cumprimento de preceito legal; expressivo volume de recursos envolvidos.	conformidade	Avaliar a regularidade dos processos de licitação de obras e a legalidade dos procedimentos adotados	Exame dos processos de licitação e contratação relativos aos contratos nº 110, 111, 131, 142, 169, 183, 211 de 2019 e aos contratos nº 06, 20, 23, 101, 115, 121 de 2020; nº 12 e 49 de 2021	janeiro a dezembro	3
2	Área Auditada: Diretoria de Engenharia e Arquitetura Processo de trabalho: Execução da obra Conhecimento Específico: Lei 8666/93; Lei 14.133/21; Engenharia; normativos internos	Risco: Possíveis falhas na realização das medições; irregularidades; prejuízos ao erário Relevância: Necessidade de cumprimento de preceito legal; recursos financeiros expressivos.	Fiscalização	Conferir, in loco, as medições realizadas destinadas aos pagamentos de parcelas de obras, bem como verificar o atendimento de cláusulas contratuais	Vistoria na obra de construção do novo Fórum de Imbituba	junho	2
3	Área Auditada: Diretoria de Engenharia e Arquitetura Processo de trabalho: Execução da obra Conhecimento Específico: Lei 8666/93; Lei 14.133/21; Engenharia; normativos internos	Risco: Possíveis falhas na realização das medições; irregularidades; prejuízo ao erário. Relevância: Necessidade de cumprimento de preceito legal; recursos financeiros expressivos.	Fiscalização	Conferir, in loco, as medições realizadas destinadas aos pagamentos de parcelas de obras, bem como verificar o atendimento de cláusulas contratuais.	Vistoria na obra de reforma parcial do Fórum de Tubarão.	junho	2
4	Área Auditada: Diretoria de Engenharia e Arquitetura Processo de trabalho: Execução da obra Conhecimento Específico: Lei 8666/93; Lei 14.133/21; Engenharia; normativos internos	Risco: Possíveis falhas na realização das medições; irregularidades; prejuízos ao erário. Relevância: Necessidade de cumprimento de preceito legal; recursos financeiros expressivos.	Fiscalização	Conferir, in loco, as medições realizadas destinadas aos pagamentos de parcelas de obras, bem como verificar o atendimento de cláusulas contratuais.	Vistoria na obra de reforma do Fórum de Blumenau	setembro	1

5	Área Auditada: Diretoria de Engenharia e Arquitetura Processo de trabalho: Execução da obra Conhecimento Específico: Lei 8666/93; Lei 14.133/21; Engenharia; normativos internos	Risco: Possíveis falhas na realização das medições; irregularidades; prejuízo ao erário Relevância: Necessidade de cumprimento de preceito legal; recursos financeiros expressivos	Fiscalização	Conferir, in loco, as medições realizadas destinadas aos pagamentos de parcelas de obras, bem como verificar o atendimento de cláusulas contratuais	Vistoria na obra de construção do novo Fórum de Timbó.	setembro	1
6	Área auditada: Diretoria de Gestão de Pessoas Processo de Trabalho: Procedimentos de elaboração das folhas de pagamentos mensais Conhecimento Específico: Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei n. 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores SC); LC nº 90/1993 e alterações; normativos internos do TJSC específicos nomeação e cargos, resoluções do CNJ	Risco: Possíveis aplicações de tabelas, alíquotas, percentuais e valores em desacordo com a legislação; lançamentos indevidos de pagamentos e descontos de valores Relevância: Volume considerável de recursos financeiros, o que justifica uma adequada gestão de riscos, visando a eficiência e a efetividade dos controles internos empregados.	Conformidade	Avaliar todos os procedimentos da folha de pagamento, no que diz respeito a aplicação de tabelas, alíquotas, percentuais e valores previstos na legislação, bem como verificar a regularidade dos principais lançamentos e exclusões na folha de pagamento.	Folhas de pagamento normais e suplementares; relatórios da folha de pagamento; processos de liquidação e pagamentos. Período: janeiro a dezembro.	janeiro a dezembro	2
7	Área Auditada: Diretoria de Gestão de Pessoas; Coordenadoria dos Magistrados. Processo de Trabalho Processos de nomeação de Magistrados, Servidores efetivos e comissionados Conhecimento Específico: Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei n. 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores SC); LOMAN; IN TCE 11/2011 e normativos internos.	Risco: Efetivação de nomeações em desconformidade com a legislação vigente Relevância: Controles Internos; procedimentos legais; efetividade operacional e gestão do risco.	Conformidade	Avaliar a legalidade dos atos de admissão de pessoal: Magistrados, Servidores efetivos e comissionados	Verificar a regularidade de todos os processos que tratam de nomeações de Servidores e Magistrados	janeiro a dezembro	3
8	Área Auditada: Diretoria de Gestão de Pessoas; Coordenadoria dos Magistrados Processo de trabalho: Concessão de aposentadorias Conhecimento Específico: Constituição Federal; Legislação previdenciária IN TCE 11/2011	Risco: inobservância dos normativos Relevância: cumprimento de formalidades e preceitos constitucionais	Fiscalização e conformidade	Fiscalização da gestão de recursos humanos: avaliação da legalidade dos atos de concessão de aposentadoria, buscando evitar possíveis equívocos e/ou irregularidades	Exame de todos os processos de concessão de aposentadoria	janeiro a dezembro	2

9	Área auditada: Diretoria de Orçamento e Finanças e Diretoria de Gestão de Pessoas. Processo de trabalho: Pagamento de autônomos e beneficiários da AJG; retenção de INSS; informação à DGP com relação dos beneficiários para lançamento na GFIP Conhecimento específico: Lei Federal nº 5.890, de 8 de junho de 1973; Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Resolução CM nº 5, de 8 de abril de 2019	Risco: Ausência de recolhimento e informação na GFIP ou recolhimento de INSS realizado em desconformidade com a legislação Relevância: Irregularidade tributária e previdenciária que pode sujeitar o Tribunal de Justiça a imposição de multas, estabelecidas pela RFB e pela Previdência Social em eventual procedimento de fiscalização.	Conformidade	Analisar se os recolhimentos de INSS devidos em razão de pagamentos realizados a prestadores de serviços autônomos e profissionais que prestam Assistência Judiciária Gratuita (AJG), foram calculados corretamente e informados na GFIP, de acordo com a legislação previdenciária vigente.	Verificação das retenções de INSS dos trabalhadores autônomos e profissionais que prestam serviços Assistência Judiciária Gratuita (AJG).	janeiro a março	1
10	Área Auditada: Diretoria de Gestão de Pessoas Processos de trabalho: Concessão de Indenizações Conhecimento Específico: Lei Estadual nº 17406/2017, normativos internos.	Risco: Inobservância dos normativos; possibilidade de erro no cálculo dos valores indenizados Relevância: Cumprimento de formalidades e procedimentos de acordo com a legislação.	Fiscalização e conformidade	Fiscalização da gestão de recursos humanos: avaliação dos critérios para resgate da quantidade dos períodos para indenização tanto de licenças-prêmio quanto de férias, bem como avaliar os recálculos efetuados em virtude da inclusão de algumas rubricas, buscando evitar possíveis equívocos e/ou irregularidades.	Exame dos períodos utilizados para o pagamento de indenizações, bem como verificação de eventuais pagamentos indevidos.	fevereiro a maio	3
11	Área auditada: Diretoria de Gestão de Pessoas. Processo de trabalho: Contratação, pagamento e desligamento Conhecimento específico: Orientações gerais da DGP sobre estágio disponibilizadas no site do Tribunal de Justiça; Termos do Decreto nº 11.788/2008; Termos da Resolução GP nº 18, de 3 de abril de 2018; Procedimentos internos da DGP sobre inclusão e desligamento na folha de pagamento.	Risco: Procedimentos ineficazes e/ou ineficientes, com reflexos sobre os custos operacionais, em prejuízo ao princípio da economicidade e da finalidade da gestão pública Relevância: Alcance da finalidade da contratação em conformidade com a legislação.	Operacional	Analisar os controles internos empregados na gestão dos processos de trabalho referentes à contratação de estagiários de nível médio e superior	Verificação do fluxo dos procedimentos de contratação, pagamento e desligamento, bem como fazer a análise do sistema informatizado que dá suporte aos registros e pagamentos	março a abril	3

12	Área auditada: Diretoria de Gestão de Pessoas Processo de trabalho: Elaboração da folha de pagamento Conhecimento Específico: Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei nº 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores SC); LC nº 90/1993 e alterações; normativos internos do TJSC.	Risco: Inobservância dos critérios estabelecidos e aplicação inadequada dos normativos, desconformidade dos registros e controles internos inadequados Relevância: cumprimento das normas e eficiência operacional	Fiscalização e conformidade	Avaliar o processo de concessão de promoção por aperfeiçoamento, integrando as Divisões/Seções envolvidas nos lançamentos dos dados pessoais e funcionais, buscando verificar a sua regularidade	Envolve a conformidade da rubrica: promoção por aperfeiçoamento, confrontada com o registro funcional/processo/ determinação legal correspondente	junho a agosto	3
13	Área auditada: Diretoria de Gestão de Pessoas Processo de trabalho: Informações geradas pelas Secretarias de Fórum, sobre a prestação dos serviços; lançamento na folha de pagamento Conhecimento específico: Resolução GP 16/2005; Resolução GP 8/2006; Resolução GP 13/1999; Resolução GP 24/2001.	Risco: Pagamento indevido ou fora dos preceitos legais em vigor Relevância: Aplicação de recursos públicos dentro dos parâmetros exigidos pela legislação.	Conformidade	Verificar se os pagamentos de gratificação de júri e a gratificação de ronda foram autorizados e pagos em conformidade com as regras e a legislação vigente.	Verificação da conformidade dos registros funcionais e dos pagamentos realizados no período de janeiro/2019 a dezembro/2021.	junho a agosto	2
14	Área Auditada: Diretoria de Gestão de Pessoas Processo de Trabalho: Processos de liberação e de cancelamento de acesso aos sistemas de registros funcionais e de folha de pagamento Conhecimento Específico: Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), e normativos internos	Risco: Acesso indevido a dados pessoais de Servidores e Magistrados; Possíveis vazamentos de dados Relevância: Controles Internos, procedimentos legais, efetividade operacional e gestão de risco	Operacional	Avaliar os controles sobre a liberação e o cancelamento de acesso aos sistemas de registro funcional e de folha de pagamento	Análise dos procedimentos e controles sobre a concessão e o cancelamento de acesso aos sistemas de registros funcionais e de folha de pagamento dos Servidores e Magistrados, e identificar os usuários que possuem permissão para efetuar essas ações	julho a setembro	2
15	Área auditada: Diretoria de Gestão de Pessoas Processo de Trabalho Atos de nomeação: (Procedimentos de controles internos e gestão de risco) Conhecimento Específico: Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei nº 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores SC); LC nº 90/1993 e alterações; normativos internos do TJSC específicos nomeação e cargos, resoluções do CNJ.	Risco: Processos de nomeação com possíveis desconformidades em relação a legislação vigente e falhas nos procedimentos internos Relevância: Elevado volume de nomeações de cargos efetivos e comissionados	Operacional	Avaliar o macroprocesso relativo aos atos de nomeação de servidores efetivos e comissionados avaliando os procedimentos inerentes ao ato, bem como os controles internos envolvidos, riscos mapeados e forma de mitigação desses riscos	Análise das documentações de procedimentos existentes na unidade; verificação da existência de mapeamento do processo de trabalho; avaliação dos controles internos utilizados pelos setores envolvidos; verificação da forma como a unidade trata os riscos	outubro a dezembro	3

16	Área auditada: Diretoria de Gestão de Pessoas Processo de Trabalho: Determinação legal; criação da rubrica segundo os parâmetros de cálculo e incidências. Conhecimento específico: Gestão de processos; Organograma da Diretoria de Gestão de Pessoas; Lei Estadual nº 6.745/1985; Legislação específica sobre incidências previdências e tributárias.	Risco: Inclusão de rubricas de pagamentos e descontos na folha de pagamento mediante regras de cálculo e incidência em desacordo com a determinação legal. Relevância: Procedimento que implica em possível pagamento com prejuízo ao erário e/ou descumprimento legal.	Operacional	Avaliar os controles sobre os procedimentos que envolvem a criação de rubricas de pagamentos e descontos, de modo a evitar descumprimento à legislação e prejuízos ao erário.	Análise dos procedimentos que estabelecem as regras, e determinações legais que autorizam a inclusão ou exclusão de rubricas na folha de pagamento.	outubro a dezembro	2
17	Área auditada: Diretoria de Material e Patrimônio Processo de Trabalho: Macroprocesso relativo a efetivação dos pagamento de contratos e atas de registro de preços Conhecimento Específico: Lei 8666/93; Manual de orientação sobre a execução financeira do tesouro estadual; Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e normativos internos do TJSC.	Risco: Pagamentos em descumprimento a legislação; pagamentos em duplicidade Relevância: Controles Internos, procedimentos, gestão de riscos e cumprimento de legislação, efetividade operacional.	Operacional	Avaliar o macroprocesso de trabalho que envolve os pagamentos relativos a contratos e atas de registro de preços.	Análise das documentações de procedimentos existentes na unidade; verificação da existência de mapeamento do processo de trabalho; avaliação dos controles internos utilizados pelos setores envolvidos; verificação da forma como a unidade trata os riscos.	janeiro a março	3
18	Área auditada: Diretoria de Material e Patrimônio; Diretoria de Orçamento e Finanças; Diretoria de Gestão de Pessoas Processo de Trabalho: Procedimentos de aquisição de bens e serviços cuja a fonte originária dos recursos é o SIDEJUD (contratos administrativos) Conhecimento Específico: Lei nº 8666/93; Lei nº 14.133/2021 e Normativos internos.	Risco: Fraudes em licitação; irregularidades procedimentais; falhas na instrução processual; inobservância das normas vigentes Relevância: Adequação de controles internos; efetividade operacional; recursos financeiros elevados.	conformidade	Avaliar os procedimentos de contratação de bens e serviços, cuja fonte originária dos recursos é o SIDEJUD, verificando a correta instrução dos processos em face dos normativos vigentes.	Análise, por amostragem, dos procedimentos de aquisição de bens e serviços realizados com recursos do SIDEJUD no ano de 2021.	janeiro a dezembro	7

19	Área auditada: Diretoria de Material e Patrimônio; Diretoria de Orçamento e Finanças; Diretoria de Gestão de Pessoas. Processo de Trabalho: Pagamentos mensais relativos aos contratos de terceirização de mão de obra continuada Conhecimento Específico: Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei de Licitações (8666/93); Legislação trabalhista (CLT); Legislação previdenciária (INSS-GFIP); Instrução Normativa nº 05/2017; Lei Federal nº 4320/1964 (empenho, liquidação e pagamento).	Risco: Instrução dos processos de pagamento dos contratos em desconformidade com os procedimentos estabelecidos pela Administração, e exigidos pela legislação pertinente Relevância: Volume considerável de recursos financeiros, o que justifica uma adequada gestão de riscos, visando a eficiência e a efetividade dos controles internos empregados.	Conformidade	Avaliar os processos de pagamento dos contratos de terceirização de serviços continuados, nos que diz respeito à fiscalização dos serviços (DGP); o levantamento dos valores de pagamentos e eventuais retenções por descumprimento contratual; e os procedimentos de empenho e de liquidação do pagamento.	Análise, por amostragem, dos documentos que compõem o levantamento da fiscalização dos contratos; verificação do cálculo dos valores devidos a contratada, com base nas informações de fiscalização, realizados pela DMP; verificação dos procedimentos de liquidação e pagamento realizados pela DOF, com base nas informações pertinentes à fiscalização do contrato e os valores calculados pela DMP.	abril a maio	2
20	Área auditada: Diretoria de Material e Patrimônio; Diretoria de Gestão de Pessoas; e Diretoria de Orçamento e Finanças Processo de trabalho: Informação sobre a fiscalização (DGP); apuração dos valores de pagamento e descontos (DMP); execução financeira (DOF) Conhecimento específico: Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei de Licitações (8666/93); Legislação trabalhista (CLT); Legislação previdenciária (INSS-GFIP); Instrução Normativa nº 05/2017; Lei Federal nº 4320/1964 (empenho, liquidação e pagamento).	Risco: Instrução dos processos de pagamento dos contratos em desconformidade com os procedimentos estabelecidos pela Administração, e exigidos pela legislação pertinente Relevância: Volume considerável de recursos financeiros, o que justifica uma adequada gestão de riscos, visando a eficiência e a efetividade dos controles internos empregados.	Operacional	Avaliar os controles internos utilizados sobre os procedimentos que envolvem o pagamento de contratos de terceirização de serviços com mão de obra continuada, instruídos nas Diretorias de Gestão de Pessoas, Material e Patrimônio e Orçamento e Finanças.	Processos de trabalhos empregados pelas Diretorias envolvidas: fiscalização (DRH); levantamento de valores de pagamento e descontos (DMP); e execução financeira (DOF).	maio a junho	2

21	Área Auditada: Diretoria de Orçamento e Finanças; Assessoria de Planejamento Processos de trabalho: Balancetes mensais e balanço geral Conhecimento Específico: PPA, LOA, orçamento, contabilidade pública e Instrução Normativa 20/15-TCE.	Risco: Possíveis falhas nas operações contábeis, orçamentárias e fiscal Relevância: Cumprimento dos preceitos legais; verificação da regularidade de gestão.	Contábil e Financeira	Realizar fiscalização da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional: execução orçamentária; gestão financeira (aplicações, pagamentos, comportamento da receita e aplicações); exame de registros contábeis; avaliação dos controles e registros de bens patrimoniais; prestações de contas (diárias e adiantamentos); balancetes e balanço geral.	Exame por amostragem das operações contábil, orçamentária e financeira; e total em relação aos balancetes e balanço geral.	janeiro a dezembro	2
22	Área Auditada: Diretoria de Orçamento e Finanças Processos de trabalho: Relatórios de gestão fiscal Conhecimento Específico: Orçamento e Contabilidade pública, LC 101/2000, a Portaria STN nº 403 de 28/06/2016 e a IN TCE 20/2015.	Risco: Desconformidade nas informações apresentadas; comprometimento da transparência e do controle social Relevância: Cumprimento de formalidades e preceitos legais.	Gestão	Verificar a regularidade dos valores descritos nos relatórios de gestão fiscal e sua conformidade com os normativos vigentes, bem como se os percentuais de despesas de pessoal estão dentro dos limites estabelecidos na Lei.	Exame quadrimestral dos processos que tratam do relatório de gestão fiscal.	janeiro, maio e setembro	2
23	Área Auditada: Diretoria de Orçamento e Finanças Processo de Trabalho: Pedidos e prestação de contas dos adiantamentos para gastos emergenciais das Comarcas Conhecimento Específico: Orçamento, contabilidade pública e Instrução Normativa 20/15-TCE.	Risco: Gastos não previstos no rol de serviços para esse fim; erro na prestação de contas; descumprimento do regramento afeito ao processo Relevância: Controles internos, procedimentos legais, efetividade operacional e gestão de risco.	Conformidade	Avaliar pressupostos de regularidade dos atos relacionados ao processo de pedido de adiantamento e posterior prestação de contas.	Análise dos processos de prestação de contas dos adiantamentos solicitados pelas Comarcas para gastos emergenciais e sua devida regularidade.	janeiro a dezembro	2
24	Área auditada: Diretoria de Orçamento e Finanças Processo de Trabalho: Processos de emissão de ordem bancária: (Procedimentos de controles internos, processo de trabalho para emissão de ordens bancárias e gestão do risco) Conhecimento Específico: Manual de orientação sobre a execução financeira do tesouro estadual; Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e normativos internos do TJSC.	Risco: Possível emissão de ordem bancária com valor diverso do devido, ou em desacordo com a legislação e normativos internos Relevância: Controles Internos, procedimentos, cumprimento de legislação, efetividade operacional e gestão de risco.	Operacional	Avaliar todo o processo relativo a emissão de ordens bancárias; Verificar os procedimentos já existentes e documentados.	Análise das documentações de procedimentos existentes na unidade; verificação da existência de mapeamento do processo de trabalho; avaliação dos controles internos utilizados pelos setores envolvidos; verificação da forma como a unidade trata os riscos.	abril a junho	3

25	Área Auditada: Diretoria de Orçamento e Finanças Processo de Trabalho: Emissão de alvarás Conhecimento Específico: Código de Normas - CNCGJ; Sistema SAJ e Sistema eproc; Utilização da ferramenta BI.	Risco: Possibilidade de equívocos e fraudes com consequente prejuízo ao erário Relevância: Controles Internos, procedimentos, cumprimento de legislação, efetividade operacional e gestão de risco.	Fiscalização e Conformidade	Conferir a exatidão dos procedimentos para emissão de alvarás com autorização para saques no sistema SIDEJUD, utilizando-se de ferramenta desenvolvida no BI.	Analisar a correlação entre partes/beneficiários/valor nos alvarás com saques emitidos entre: 01/01 a 31/12/2021.	julho a dezembro	2
26	Área auditada: Diretoria de Saúde Processo de trabalho: Coordenação e gerenciamento das atividades atividades de pronto atendimento, serviços de farmácia e atenção integral à saúde Conhecimento específico: Resolução CNJ nº 207/2015; Resolução GP nº 2, de 2 de fevereiro de 2017; e Processo nº 5775/2016.	Risco: Procedimentos ineficazes e/ou ineficientes, com reflexos sobre os custos de operacionalização, em prejuízo ao princípio da economicidade e da finalidade Relevância: Prestação de serviços aos Servidores e Magistrados sem a eficácia e economicidade necessária à regularidade que a legislação exige.	Operacional	Analisar os procedimentos da Divisão de Assistência à Saúde, da Diretoria de Saúde, no que tange a eficácia, eficiência e economicidade dos serviços prestados, conforme atribuições estabelecidas pelo TJSC e CNJ.	Verificação dos processos de trabalho da Divisão de Assistência à Saúde, no que tange aos controles internos e aos fluxos dos trabalhos.	agosto a outubro	2
27	Área Auditada: Diretoria de Tecnologia da Informação; Diretoria de Material e Patrimônio Processo de trabalho: Procedimentos de contratação e de pagamento, Contrato nº 137/2019 Conhecimento Específico: Lei 8666/93; Resolução 182/2013-CNJ; IN 01/2019.	Risco: Descumprimento dos termos contratuais e de normativos vigentes Relevância: Elevados valores envolvidos, criticidade dos serviços a serem mantidos e cumprimento de preceitos legais.	Operacional	Avaliar o contrato, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de instalação, configuração, manutenção e monitoramento de pontos de interligação de unidades do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, por fibra óptica, e de fornecimento, instalação, configuração, manutenção e monitoramento de serviço de canal de comunicação com o backbone da rede de internet no Brasil.	Verificação do cumprimento dos termos do Contrato nº 137/2019, em especial quanto ao cumprimento do objeto e seus prazos, à aplicação dos acordos de nível de serviço, à entrega de documentação, aos pagamentos efetuados, e à aplicação de sanções.	fevereiro a março	3
28	Área auditada: Diretoria de Tecnologia da Informação; Diretoria de Material e Patrimônio Processo de Trabalho Processos de aquisições e contratações Conhecimento Específico: Lei 8666/93; Lei 14.133/21; Resolução 182/2013 - CNJ; Resolução 370/2021- CNJ ; IN 01/2019 e normativos internos.	Risco: Processo de compras em desacordo com a legislação e sem previsão no PLI Relevância: Controles Internos, gestão de Risco, procedimentos e eficiência operacional.	Operacional	Avaliar todo o processo de trabalho relativo às contratações e aquisições de equipamentos e serviços de TI, desde o recebimento da demanda até a sua efetivação.	Análise das documentações de procedimentos existentes na unidade; verificação da existência de mapeamento do processo de trabalho; avaliação dos controles internos utilizados pelos setores envolvidos; verificação da forma como a unidade trata os riscos.	março a maio	3

29	Área Auditada: Diretoria de Tecnologia da Informação; Diretoria de Material e Patrimônio Processo de trabalho: Procedimentos de contratação e de pagamento, Contrato nº 048/2020 Conhecimento Específico: Lei 8666/93; Resolução 182/2013-CNJ; IN 01/2019.	Risco: Descumprimento dos termos contratuais e de normativos vigentes. Relevância: Elevados valores envolvidos, criticidade dos serviços a serem mantidos e cumprimento de preceitos legais.	Operacional	Avaliar o contrato, cujo objeto é a prestação de serviço de processamento de dados em nuvem privada na modalidade Plataforma como Serviço (PaaS – Platform as a Service) do Oracle Database Exadata Cloud at Customer, incluindo suporte, manutenção e atualização e prestação de serviços técnicos especializados.	Verificação do cumprimento dos termos do Contrato nº 048/2020, em especial quanto ao cumprimento do objeto e seus prazos, à aplicação dos acordos de nível de serviço, à entrega de documentação, aos pagamentos efetuados, e à aplicação de sanções.	maio a junho	3
30	Área auditada: Diretoria de Tecnologia da Informação Processo de Trabalho Gerenciamento da Segurança da Informação Conhecimento Específico: Normativos internos e Portal de TI do TJSC; Lei Geral de Processamento de Dados-LGPD.	Risco: Vazamento de informações sigilosas; insegurança dos usuários ao acessar sistemas e dados Relevância: Proteção de dados sigilosos ou restritos; confiabilidade dos níveis de segurança para acesso aos dados adotados pela Instituição.	Operacional	Avaliar o processo de trabalho relativo à segurança da informação, seus controles internos e gestão de risco.	Análise das documentações existentes na unidade; verificação da existência de mapeamento do processo de trabalho; avaliação dos controles internos utilizados; cumprimento de prazos e responsabilidades; verificação da forma como a unidade trata os riscos.	junho a agosto	3
31	Área Auditada: Diretoria de Tecnologia da Informação; Diretoria de Material e Patrimônio Processo de trabalho: Procedimentos de contratação e de pagamento, Contrato nº 172/2019 Conhecimento Específico: Lei 8666/93; Resolução 182/2013-CNJ; IN 01/2019.	Risco: Descumprimento dos termos contratuais e de normativos vigentes Relevância: Elevados valores envolvidos, criticidade dos serviços a serem mantidos e cumprimento de preceitos legais.	Operacional	Avaliar o contrato, cujo objeto é a prestação de serviços especializados em MySQL e Linux, em regime continuado e sem dedicação exclusiva de mão de obra.	Verificação do cumprimento dos termos do Contrato nº 172/2019, em especial quanto ao cumprimento do objeto e seus prazos, à aplicação dos acordos de nível de serviço, à entrega de documentação, aos pagamentos efetuados, e à aplicação de sanções.	setembro a outubro	3
32	Área Auditada: Diretoria de Tecnologia da Informação Processo de trabalho: Políticas e planejamento da governança e da gestão de TIC Conhecimento Específico: Resolução 370/2021-CNJ.	Risco: Inobservância das determinações do CNJ referentes à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário Relevância: Cumprimento de preceitos legais.	Operacional	Avaliar o cumprimento das determinações da Resolução 370/2021/CNJ, no que diz respeito as políticas e planejamento da governança e da gestão de TIC.	Verificação do cumprimento das determinações da Resolução 370/2021/CNJ, especificamente ao disposto no Capítulo III, Seção III - Da Transformação Digital, e Seção IV - Atendimento e Suporte ao Usuário.	outubro a dezembro	3

33	Área Auditada: UnidadesExtrajudiciais vinculadas ao TJSC Processos de trabalho: Recolhimentos ao FRJ efetuados pelas Serventias extrajudiciais Conhecimento Específico: Regimento de Custas -Lei nº 17.654/2018; Resolução n. 4/04-CM; Código de Normas da CGJ; Manual de perguntas e respostas do FRJ.	Risco: Diferença entre os valores cobrados e os efetivamente devidos, erro na interpretação dos normativos vigentes. Relevância: Elevados valores envolvidos, prevenção de prejuízo ao erário e orientação aos Delegatários.	Conformidade	Fiscalização dos atos praticados pelos cartórios extrajudiciais que incidem o Fundo de Reaparelhamento da Justiça-FRJ.	Verificar, por amostragem, a regularidade nos recolhimentos destinados ao FRJ, efetuados pelas Serventias extrajudiciais relacionadas nos anexos II e III do presente PAA.	janeiro a dezembro	3
34	Área Auditada: Plataforma digital do Poder Judiciário Processo de Trabalho Ações necessárias para implementação da Plataforma digital do Poder Judiciário Conhecimento Específico: Resolução CNJ n 335/2020, as Portarias 252/2020, 253/2020 e 131/2021 e legislações correlatas.	Risco: A ser definido pelo CNJ no programa de auditoria Relevância: A ser definido pelo CNJ no programa de auditoria.	Ação Coordenada de Auditoria - CNJ	Avaliar conformidade dos conselhos e tribunais com a Resolução CNJ n 335/2020, as Portarias 252/2020, 253/2020 e 131/2021 e legislações correlatas.	A ser definido pelo CNJ no programa de auditoria.	abril a junho	3